

A Ciência Econômica

na Europa e nos Estados Unidos: *a contenda**

Antonio Maria da Silveira

Professor Visitante da
Universidade Federal Fluminense
amsilveira@ufu.br

Para dizer agora um pouco mais sobre o irrealismo da teoria econômica pura... Todas as ciências do homem e da sociedade estão envolvidas quando se pressiona mais e mais a questão [da ação social, da escolha pública, da decisão política] – particularmente história e, possível e até mais especialmente, ética.

Frank Knight. *Intelligence and Democratic Action*.

1. Introdução

“*Existe uma Ciência Econômica Européia?*” Trata-se de pergunta dos editores da revista *KYKLOS* (Vol. 48, Fasc. 2, 1995) respondida por três grupos de professores, seis baseados na União Européia (UE), quatro nos Estados Unidos (EUA) e cinco em ambos. Todos foram instados a “*apresentar seus próprios pensamentos na questão*” (p. 185). Num quarto grupo, reunimos dois europeus que responderam, até 1998, à solicitação de comentários sobre esse número especial.

O número é um marco na atual contenda entre a ciência na UE e nos EUA, a qual pode ser entendida como uma versão moderna da Contenda do Método (“*Methodenstreit*”). No século XIX, os principais protagonistas eram Schmoller (1838-1917), pela escola histórica, e Menger (1840-1921), pela neoclássica. Schmoller reagia contra o método hipotético-dedutivo, asseverando que a pesquisa científica se reduzia ao método histórico.

Os objetivos do presente trabalho são rever a posição dos atuais contendores, analisando-a sob a perspectiva de uma taxonomia da divisão de trabalho na ciência. Mantemos principalmente o foco sobre os problemas do vício ricardiano, do monismo

* Permitam-nos dedicar este trabalho a Harald Hagemann, cujo convite levou-nos à *Universität Hohenheim*, como professor visitante sob o financiamento do programa DAAD / CAPES, entre setembro e dezembro de 1998.

e das distorções causadas pelos distintos sistemas de avaliação da atividade acadêmica.¹

O trabalho completa uma trilogia no tema do título, tendo, nos dois primeiros, os focos de concentração revelados pelos subtítulos, "Pluralismo versus Monismo" (Silveira 2000) e "O Prêmio Nobel e seus Vieses" (Silveira 2003). A motivação desta análise da contenda está noutro artigo (Silveira 1998), em que tratamos o caso brasileiro. Todos fazem parte do programa de pesquisa descrito em Silveira (1999b). Seguimos, na próxima Seção, com uma nova e sucinta apresentação do que deles se mostrou aqui mais relevante.

2. A Indeterminação de Senior

Em conhecido artigo, Becker (1962) demonstra que alguns dos principais teoremas neoclássicos são formalmente deriváveis de postulados do que chama de comportamentos irracionais, não apenas do racional. Por exemplo, prova que a demanda dos consumidores é negativamente inclinada, mesmo para lares inerciais e impulsivos – os "*irracionais*" –, isoladamente ou numa espécie de composição com os que maximizam a utilidade – os "*racionais*".

Mesmo perante análises que acusam a "*incultura abismal*" dos economistas estadunidenses sobre outras ciências sociais e humanas (Kolm 1988, p. 209), é implausível supor que o autor não tivesse sequer ouvido sobre o construto ser sociológico, postulado do comportamento tradicional ou "*inercial*". Idem para seres psicológicos, como o modelo estrutural de Freud, o qual engloba o ser sociológico no *Super Ego*, o econômico no *Ego*, e a "impulsividade" no *Id*.

Numa versão simples de Freud, inteligível para qualquer economista, Berne (1964) chama as três dimensões da personalidade humana de *Pai*, *Adulto* e *Criança*, respectivamente. Em sua retórica, Becker parece sugerir que a demonstrada robustez dos teoremas considerados se transfere para o postulado neoclássico, o qual assim dispensa os demais. Numa sugestão alternativa na mesma linha, os postulados das demais dimensões da personalidade seriam igualmente robustos.

Nossa linha é outra, começando com Senior, Mill, Adolf Wagner, Marshall, Neville Keynes e Weber, seguindo com Knight, Schumpeter, Uno KMzM, Kuznets, Hayek e Myrdal, cabendo destacar, nesta contenda, Kolm e Klamer. As três dimensões da personalidade são elementos universais e necessários do comportamento humano.

A abstração de duas delas e a simplificação da terceira na conceituação do ser econômico são indispensáveis para colocar parte do conteúdo da ciência no formato hipotético-dedutivo e, assim, usar da extraordinária potência da lógica formal (doravante, "lógica") para nortear a busca do conhecimento. Esse trabalho foi iniciado por Senior (1938), que estava perfeitamente consciente de que o saber assim adquirido, a "economia pura", não é de aplicabilidade direta, mas não pode ser ignorado.

¹ Esse trabalho, que teve sua primeira versão em artigo incompleto (Silveira 1998b), escrito na *Universität Hohenheim*, foi derivado de parte do artigo apresentado no V Encontro dos Economistas de Língua Portuguesa (Silveira 2003b).

A economia pura ilumina a construção da “economia social”, esfera do conhecimento onde recupera-se o que não coube na lógica, os relevantes elementos não-econômicos, mas também universais e necessários, como as dimensões valorativas, tradicionais e impulsivas da personalidade humana. Essa recuperação é indispensável na busca do saber aplicável na prática.

Naturalmente, não se pode em geral aqui usar a lógica, mas sim a lógica da linguagem natural (doravante “dialógica”), como analisada por Keynes (Carabelli 1988, pp. 10, 16-9, 141-2, 148, 238, 284), ou, bem mais simplificada, como identificada por Georgescu-Roegen (1967, pp. 23-4) e Heisenberg (1963, pp. 156-57), o último afirmando a necessidade do desenvolvimento de uma lógica quântica.

A aplicabilidade da economia social exige ainda mais. As especificidades na formação e no comportamento econômicos de um ser humano ou de um país podem ser, na prática, mais importantes do que as generalidades. “Cada caso é um caso” não é do âmbito de teorias hipotético-dedutivas, nem mesmo de teorias realistas, como as da economia social.²

“Cada caso é um caso” é do âmbito da história econômica, como em Furtado, e do estudo de casos, como em Myrdal, cujas construções são iluminadas por teorias. Apoiados em Neville Keynes (1904, p. 143), chamamos esta esfera do conhecimento de economia concreta.

Em virtude de buscarem apenas os fatores universais e necessários para a ocorrência do fenômeno, abstraindo as especificidades, as teorias puras e realistas apresentam uma indeterminação, à qual damos o nome de Senior:

As proposições da economia pura, não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia social positiva entrelaça teorias puras da economia e de todas as ciências sociais, mas com relevância variável. Conclusões normativas – sob a forma do que não deve ser feito – são deriváveis de proposições da economia social, mas são ainda qualificáveis pelas especificidades de cada caso.

Asseveramos que o desrespeito a essa indeterminação significa hoje queda no que Schumpeter (1986, pp. 540-1) chamou de “vício ricardiano”. Nos dois primeiros trabalhos dessa trilogia, mostramos porque a ciência estadunidense, em oposição à européia, está contaminada pelo vício. Ela restringe-se à economia pura abstrata e ao que da economia aplicada nela se encontra logicamente integrada, ou em processo de integração.

Um dos contendores aqui revistos, von Winden (1995), faz boa revisão de três artigos de precursores, Portes (1987), Kolm (1988) e de Frey e Eichenberger (1993), coloca os dois primeiros como ilustrativos das existentes percepções opostas sobre a ciência na UE e nos EUA, identificando-se substancialmente com o primeiro.

Em linhas gerais, Portes só enxerga a economia pura, usa critérios quantitativos de avaliação que a ela se aplicam, constata a primazia estadunidense e advoga seu simples transplante para a UE. Kolm centraliza a ciência na economia social, re-

² Para uma formalização do que se entende como teorias realistas na economia, veja Lawson (1989), o qual informa que se apóia principalmente na contribuição de Bhaskar (1978).

futa a avaliação e a maioria dos critérios nela utilizados, e acusa a contaminação da ciência estadunidense pelo vício ricardiano – sem, contudo, usar a denominação de Schumpeter.

Frey e Eichenberger procuram demonstrar que a ciência estadunidense é melhor no que se especializa, essencialmente a economia pura, mas a europeia também o é em sua especialização, economias social e concreta, as quais exigem critérios distintos de avaliação – convém enfatizar que esses autores e os demais contendores não usam nossa tricotomia, havendo apenas correspondências frouxas; alguns possuem suficiente assimilação da dicotomia ciência pura e aplicada para eliminarem desentendimentos e contradições espúrias, ou simplesmente para não se preocuparem com elas.

Frey e Eichenberger conduzem uma análise institucional comparativa e prevêem a americanização da ciência europeia, a partir basicamente do crescimento do mercado com o desenvolvimento da UE. Cabe notar que essa confiança monocórdia no mercado é indício do vício ricardiano. E, como já indicamos (Silveira 2003, p. 198), Weber (1999, p. 20) já observava o processo de americanização décadas antes da EU; para ser exato, em 1917!

Muitos contendores concordam com a previsão, uns afirmam que já ocorreu, mas outros defendem que ocorrerá convergência, e outros ainda que a americanização será incompleta.³ Nos EUA, os departamentos de economia resumem-se à esfera pura, mas as economias social e concreta são desenvolvidas em departamentos de outras ciências sociais. Frey e Eichenberger não consideram essa comunidade dispersa, mas não menos produtiva, quando afirmam que europeus são aqui melhores. Na verdade, eles parecem tratar a questão como se a comunidade houvesse desaparecido nos EUA, e estivesse por desaparecer na UE.

Voltando à indeterminação de Senior, os especialistas de cada uma das três esferas de conhecimento possuem hoje métodos, linguagens, associações, publicações e formações distintas, numa palavra, paradigmas distintos, o que leva muitos a sofrerem da "*cegueira científica*", como formulada por Kuhn (1971, pp. 37, 61), a partir de Piaget e da *Gestalt*, para a análise de revoluções científicas, particularmente na física.

Na teoria de Kuhn, a ciência pura abstrata evolui autonomamente através de períodos normais, entremeados por períodos extraordinários e revoluções. O construto "*cientista normal*" trabalha árdua e tenazmente na articulação e no desenvolvimento lógicos de seu paradigma, no qual deposita fé; um monístico que não aceita debates paradigmáticos, procura excluir os praticantes de qualquer heterodoxia. Esse monismo é importante para a elucidação da contenda.

O dissenso entre economistas puros, sociais e concretos está ainda mais no cerne dessa questão, e tem, no âmbito da matéria inerte, seu paralelo no conflito entre físicos e cientistas da engenharia, como relatado em Silveira (1991b). Os primeiros negam o caráter científico à especialização dos demais, estes retrucam com

³ Frey e Eichenberger (1992, 1993) são citados por onze dos dezessete contendores em *KYKLOS*, o que tem a ver com o fato de Frey ser um dos editores da revista, e promotores do número especial dedicado à contenda.

a acusação do formalismo estéril, das ilhas de fantasia em que se constituem suas realidades estilizadas.

Nos dois primeiros trabalhos de nossa trilogia, reconhecemos que os economistas estadunidenses sofrem do monismo. Ao orgulharem-se da hegemonia da teoria neoclássica, da correnteza ("*mainstream*"), evidenciam ainda o desconhecimento de que tende a faltar objetividade a qualquer ciência que se encontra em estado hegemônico (Popper 1978, p. 23).

No segundo trabalho, concluímos que o número de laureados-Nobel vem se caracterizando crescentemente como critério de avaliação da economia pura, apenas. Estamos postergando a análise de outro vício maior, a tecnocracia como versão moderna da teocracia. Partiremos da hipótese de que esse é problema maior dos europeus.

Antes disso, contudo, precisamos desenvolver nossa análise das distorções provocadas por sistemas de avaliação. Depois disso, esperamos voltar à análise do caso brasileiro, dando primeiro seqüência ao problema do ensino de economia (Silveira 1999) e da avaliação da produção científica (Silveira 1998), para atualizar em seguida o que hoje vemos como uma acusação de vício ricardiano e de tecnocracia no Brasil do autoritarismo, 1964-84, problema que deu origem ao nosso programa de pesquisa (Silveira 1987).

3. UE

Seguiremos, nesta revisão, exatamente a ordem em que os grupos e os autores foram apresentados pelos editores, começando pelos de base européia: Forte (Roma), Peacock (Edinburgo), Rothschild (Viena e Linz), Salmon (Dijon), Schneider (Linz) e von Winden (Amsterdã).

Forte (1995) mostra-se preocupado com a liderança dos EUA, percebe a economia européia como "*periférica*" (ib., p. 212), "*órfã*" perante sua "*tutora*" estadunidense (ib., p. 211), volta-se para as glórias do passado e para as razões da decadência, e elabora sobre o que deve ser feito para a recuperação da liderança européia.

Não reconhece os três níveis de abstração, pois vacila entre a necessidade de responder *não* aos editores, porque a ciência é universal (no que estaria especificando a economia pura ou abstrata), e *sim* por causa das diferenças institucionais (economia social) – cabe observar que existe a opção pelo *sim* no nível abstrato, dado o relativo monismo estadunidense, na linha do que faz Baumol (1995, p. 188) nessa contenda.

Cita Frey e Eichenberger (1992) na questão do mercado e das avaliações, realçando o número de laureados-Nobel nos EUA. Percebe a tendência de americanização, mas nega a perda de identidade, em virtude tanto das diferenças institucionais quanto da "*maior procura de qualidade*", além de outros traços europeus (ib., p. 215) – reconhece também o lado negativo, como a insuficiência de orientação empírica.

Acusa os estadunidenses de apresentarem como universais teorias condicionadas por suas valorações e instituições. Acusa também a "*síndrome de dependência*" dos europeus que se americanizam (ib., p. 212), no que chega próximo de neles reconhecer o vício ricardiano.

Peacock (1995) concorda com a análise e conclusões de Frey e Eichenberger (1992), mas afirma que a convergência é processo antigo, já não havendo diferenças significativas nas habilidades de europeus e estadunidenses, "*como modelagem, trabalhos de previsão e de avaliação, com suas ênfases em contabilidade, matemática e técnicas estatísticas*" (ib., p. 269).

Prevê, entretanto, uma possível secessão em termos metodológicos e ideológicos, mas não geográficos, em virtude do imperialismo econômico. "*Uma das características de uma hegemonia monocultural, em qualquer disciplina, é a tendência ao desenvolvimento de desígnios imperialistas sobre outros assuntos*" (ib., p. 271).

Vê o processo em andamento. A tendência provocou, por um lado, a reação dos cientistas das áreas fenomenológicas invadidas, buscando aprender as técnicas dos invasores para enfrentá-los em seus próprios termos. Por outro, continua ele, proliferaram-se movimentos de economistas questionando os fundamentos metodológicos da pesquisa econômica.

Nossa previsão (Silveira 1990, p. 160), a partir do capítulo da escolha pública, não é inconsistente: a multiplicação de paradoxos na teoria neoclássica, causada pelo imperialismo, e a conseqüente perda de confiança nos fundamentos, levando à entrada em período revolucionário, como caracterizado por Kuhn.

Como exemplo de tentativas de emendas para a solução dos novos enigmas, tem-se um enrijecedor pendurcalho ético introduzido no ser econômico por Buchanan (1985, p. 32); paralelamente, Brunner e Mecling (1977, pp. 71-2) tiveram que o flexibilizar com um oposto pendurcalho de engenhosidade (o construto SAME: Ser Avaliador, Maximizador e Engenhoso).

Rothschild (1995) elabora sobre a complexidade do fenômeno econômico e a resultante multiplicidade de paradigmas ou escolas de pensamento, cujas distintas perspectivas e abordagens levam a análises complementares ou substitutas em diferentes domínios. Concluímos que favorece o pluralismo, vendo incompletude no monismo.

O autor também não aceita uma distinção da ciência em termos geográficos, reconhecendo apenas que as denominações usadas indicam os locais de origem, como, por exemplo, a escola austríaca. Mais do que Forte, reage contra a pergunta, evocando a falta de senso no falar sobre uma "*física européia*", não se mostrando consciente de que as versões aplicáveis da física encontram-se geralmente nas ciências de engenharia. Estas, assim como, em escala bem superior, as economias sociais e concretas, são mais datadas e localizadas.

Depois de muita elaboração, o autor deixa, contudo, transparecer uma percepção da diferença na linha estabelecida por Frey e Eichenberger (1993), apesar de indicá-la como tradicional, sem validade hodierna. Concorda com eles, ou vai mais longe, entretanto, na questão da esterilidade do trabalho teórico [abstrato].

A dominância estadunidense está no fato de constituir-se em "*câmara de compensação*" das publicações, no que necessariamente envia a literatura, tanto

nos temas quanto nos métodos. Como europeus comunicam-se através dos EUA, há o estímulo, particularmente importante para os mais jovens, de "*manter seus trabalhos teóricos dentro de um esquema histórica e institucionalmente geral*" (ib., p.276), resultando no formalismo estéril. Reconhece assim um efeito perverso da avaliação.

Salmon (1995) concorda em geral com a análise de Frey e Eichenberger (1992, 1993), mas acredita, com Portes (1987), que a internacionalização e a "*cientificalização*" da economia é um desenvolvimento positivo. Cita ainda Kolm (1988), quando afirma que a possibilidade de distinção da ciência reside nas especificidades da UE.

Vale ressaltar o ponto em que atribui, à menor concorrência e à falta de estímulos ou maior frouxidão nas avaliações, o fato dos europeus terem um horizonte mais extenso e assumirem intelectualmente mais riscos. "*Isto lhes permite dirigir mais atenção para tópicos inicialmente não promissores, ou despende neles mais tempo*" (ib., p. 283). Ironicamente, o fato é visto por alguns como um dos defeitos da estrutura acadêmica européia.

Popper (1978, p. 93) entende como papel da filosofia alcançar o senso comum "*crítico e esclarecido*", a partir de pontos dúbios e perniciosos do senso comum observado. No mesmo sentido, Salmon realça a contribuição da ciência econômica para a mundivisão racional em seu domínio fenomenológico. Vai além, contudo, apontando para o que chama "*relação inversa*": o uso do senso comum para o aperfeiçoamento da ciência. É nisso que encontra elementos possivelmente distinguidores da ciência na UE, quando procura fazer sentido da pergunta dos editores.

O autor vê a internacionalização como indispensável para que os europeus possam trabalhar a relação inversa, "*para o sucesso na transformação de idéias ou visões heterodoxas em material de uma espécie que a ciência econômica possa absorver, integrar*".

O que não parece perceber, entretanto, é que o transplante do ensino estadunidense, com seu monismo e sua cegueira científica, tenderia a causar a exclusão da heterodoxia. O trabalho na relação inversa dos que escapassem à "*doutrinação*" (Popper 1980, p. 53) não seria publicável nos estabelecidos periódicos da correnteza ("*mainstream*").

Isso só viria a ocorrer em fases revolucionárias, quando a dedicação aos quebra-cabeças do componente normal da ciência acumulasse paradoxos, mas já a ponto de estabelecer um clima generalizado de insegurança, como explicado por Kuhn (1971) – Popper concorda com a existência de físicos que se reduzem ao construto do cientista normal kuhniano, mas chama-os doutrinados e não acredita que possuem hegemonia na comunidade.

Na hipótese de que o transplante não se consumisse por completo, sendo preservado o componente filosófico da ciência, o maquiavelismo de Salmon teria seus fundamentos (Feyerabend, ib., p. 212):

(...) revoluções são geralmente feitas por membros do componente filosófico que, enquanto cientes da prática normal, são capazes de pensar de uma maneira diferente (no caso de Einstein, a auto-declarada habilidade de escapar do treinamento normal foi essencial para sua liberdade de pensamento e para suas descobertas).

Schneider (1995) usa a oportunidade apresentada pelos editores para discorrer sobre as origens e evoluções da escola de escolha pública nos EUA e na UE, indicando áreas em que os seguidores europeus têm trabalhado e em que possuem vantagem comparativa, como a análise da evolução de instituições.

No mais, cita contribuições de Frey na Escolha Pública, mas não os aqui relevantes trabalhos com Eichenberger, e apresenta-se de maneira apologética, *“a vitória da Escolha Pública pode não ter ainda chegado, especialmente na Europa, e a parcela da contribuição européia permanece pequena. Pode-se mostrar, contudo, que há um grande futuro na Escolha Pública!”*

von Winden (1995) assevera que a controvérsia sobre a ciência na UE é parte do debate sobre a competitividade de sua produção em mercados globalizados. Concorda com Frey e Eichenberger (1993) na percepção de que o europeu tem o trabalho acadêmico mais voltado para a arte da economia, mas discorda deles na de que possui formação teórica mais ampla, alegando a pior qualificação em macro, micro e econometria (ib., p. 307) – a discordância desaparece, naturalmente, quando se entende que eles falam do que chamamos economia social, não do núcleo abstrato do programa neoclássico.

Outras discordâncias podem ser similarmente resolvidas, cabendo-nos destacar dois posicionamentos. Num deles, afirma que se deve antes aprender o núcleo neoclássico e depois as doutrinas e histórias econômicas, direito, etc. É um dos poucos autores que cita o Relatório Krueger (1991), mas o faz para indicar que o excesso de formalismo é também preocupação nos EUA, o que os pode levar a mudanças de currículo. Discordamos, pois, apesar de expressar a preocupação, o Relatório é evasivo e o conjunto das recomendações inviabiliza mudanças (Silveira 2000, pp. 22-4).

O problema aqui é semelhante ao de Salmon discutido acima. Mesmo se a doutrinação no núcleo não excluísse os campos citados, hipótese certamente precária, a limitação de tempo para o doutorado o faria. O posicionamento do autor parece-nos até mais extremado do que o de Portes. O segundo destaque é mais sério na implícita conclusão a favor do monismo (von Widen ib., p. 306):

Minha percepção é que essa consciência da riqueza institucional e a presença forte de paradigmas concorrentes [na UE] têm retardado o desenvolvimento e a aceitação de modelos formais simples, sem muito conteúdo institucional ou referência à literatura passada, os quais se tornaram atributos da pesquisa econômica moderna.

4. UE e EUA

Continuando na ordem em que são apresentados pelos editores, passamos ao grupo de autores baseados em ambos, UE e EUA, Eggertson (Reykjavik e Indiana), Klammer (Roterdã e Washington, D.F.), Mueller (Viena e Maryland), Niehans (Zurique, Berne e Baltimore) e Tabellini (Milão e Cambridge, Mass.).

Eggertson (1995) elabora sobre a definição de economia, aponta questões em que a ciência não pode ignorar a dimensão ética do comportamento e outros fa-

tores culturais, como as transformações maiores de sistemas econômicos, e conduz uma análise das ciências sociais na linha neoclássica de organização industrial.

Responde tranquilamente sim e não à pergunta dos editores, e mostra em sua análise que, em virtude do *perigo moral*, dos custos de informação, todo sistema de avaliação cria incentivos perversos. Especifica o uso estratégico, para a sinalização de valor (o uso retórico, diríamos), dos métodos quantitativos na pesquisa econômica, distorção que discutimos a partir da March, Simon e Morgenstern (Silveira 2003b).

Reconhece a dominância estadunidense em teoria pura (*"alta teoria"*), mas descreve a homogeneização crescente de seus departamentos como um processo de conformidade, que atinge até a adoção dos mesmos livros-texto, acrescentando (ib., p. 208):

Através do continente estadunidense, departamentos com reputação pela excelência em campos que não a 'teoria pura', como desenvolvimento, história econômica e economia do trabalho [os bons departamentos maus], têm realocado seus recursos para micro, macro e econometria [imitação que os torna maus departamentos bons].

Os campos preteridos, que a *"sabedoria convencional"* chama de aplicados, deslocam-se para departamentos de outras ciências sociais – campos aplicados no sentido de comprometimento com o realismo, não se ignorando fatores não-econômicos universais e necessários da realidade para conseguir a formalização ou matemática, justamente o que nós denominamos economia social.

A previsão do autor é que ocorrerá na UE também um surto de *maus departamentos bons*. Sua preferência é outra, *"um amplo programa de pesquisa, uma ciência social compreensiva que estude a variedade de sistemas econômicos e a interação entre instituições, a criação e distribuição de riqueza"* (ib., p. 208). Economia social, certamente, um bom departamento mau.

Klamer (1995) responde enfaticamente sim, existe um ciência econômica européia. Reconhece um processo de internacionalização da ciência mas, além de evocar possibilidades de reversão, afirma seus limites nos custos de mudança, na história e nas distintas valorações cognitivas e sociais. O autor concorda geralmente com a caracterização de Frey e Eichenberger (1993).

O custo de mudança não se constitui apenas no capital humano, mas envolve também o *capital social e cultural*: o conhecimento das pessoas, de seus códigos e rituais, de suas práticas discursivas, do que vem sendo analisado e do que se toma por estabelecido, assim como a percepção que possuem sobre os diversos ângulos das questões, os meandros, as regras tácitas, etc. – Myrdal (1970, p. 62) usa o mesmo conceito, mas o chama de *"habilidade social"*.

É um custo de inserção na literatura econômica de outro país, que pode ser pequeno ou até desprezível para a economia pura, mas que é altamente crescente na medida em que se passa para a economia social e concreta (ib., p. 235). *"Mudar da economia neoclássica padrão para a teoria dos jogos pode ser mais fácil do que da econometria para a economia institucional radical"* (ib., p. 234).

O autor cita o testemunho de L. Rapping, que ao passar para a economia radical perdeu não apenas parte do capital humano (uso de seu conhecimento neoclássico), mas do social. Rapping fala da perda de relações, *"amizades construídas ao*

longo de vinte anos”, das acusações de que foi vítima – “inconsistência e deslealdade” –, e dos efeitos sofridos, “Muito difícil. Nunca tinha experimentado depressão antes; ocorreu então. A recuperação levou-me muitos anos ...” (ib., p. 234).

O autotestemunho sobre o processo de readaptação do próprio Klammer (ib., pp. 237-9) na Holanda, depois de dezessete anos nos EUA, merece citação longa:

Significou mudança de uma conversação na torre de marfim para outra que aspira ser relevante para o grande público(...) O povo deseja saber sobre as opiniões informadas daqueles [professores] cujos salários paga. Consequentemente, professores na Holanda são proeminentes formadores de opinião(...) Acadêmicos holandeses honram o chamamento pela relevância do trabalho científico: buscam o trabalho científico que é do interesse do mundo fora da academia(...) A recompensa é o reconhecimento público. O preço é usualmente a depreciação rápida do capital cultural e social construído na conversação acadêmica [pura ou abstrata]. Manter participação séria em ambas conversações demonstra-se virtualmente impossível.

Mueller (1995) descreve o europeu na linha da economia social mas não formaliza a diferença, e nada diz que possa lembrar o vício ricardiano, o monismo, ou a filosofia da ciência, em geral. Repousa sua análise basicamente na concorrência, começando pela asserção de que a grande diferença que o economista observa nos EUA, em oposição à UE, é o maior papel do mercado e o conseqüente governo menor.

Revê ligeiramente a liderança científica européia até a II Guerra Mundial, fazendo uma correspondência entre a ascensão dos EUA e a passagem do livro para o artigo como *locus* de pesquisas importantes – indica o marco em Samuelson, enganosamente apontado como o primeiro laureado-Nobel.

A explicação está na estrutura da carreira acadêmica, mais competitiva na UE até a posição de titular, quando então o professor fica livre para dedicar-se a atividades não acadêmicas ou enfrentar grandes temas de pesquisa, que exigem tempo e conhecimento não econômico, e que aparecem ainda em livros, etc.

Nos EUA, a concorrência continua ao longo da carreira e as diferenças salariais crescem, podendo atingir o dobro, na dependência de publicações, enquanto na UE não passam de dez por cento. A concorrência leva os departamentos estadunidenses a não se arriscarem em longas esperas por resultados de pesquisas que demandam mais tempo.

Prevê, com Frey e Eichenberger (1993), a americanização na medida da integração dos países europeus mas, apesar de julgá-la no geral boa, “*odiará ver a academia européia imitar a estadunidense com respeito a tudo. Seria ideal intensificar a concorrência sem perder, inteiramente, a perspectiva abrangente e de longo prazo, que as seguranças financeiras e trabalhistas têm induzido*” (ib., p. 255).

Niehans (1995) enfatiza que escreve apenas impressões pessoais e desacredita das generalizações sobre a ciência econômica nos EUA e na UE. Acaba por cautelosamente fazê-las, contudo, ao considerar vários sentidos em que a pergunta pode ser entendida, e ao expor razões que explicam a dominância estadunidense, desde a Segunda Guerra, e medidas que a poderiam anular. Sua reação ética, entretanto, merece destaque (ib., p. 265), “*Há alguma coisa errada quando o auto-*

respeito de acadêmicos depende da participação nacional (ou continental) em laureados-Nobel e em índices de citação”.

O autor reconhece a diferenciação da economia social, que chama de economia aplicada, e vê possíveis estímulos também à economia pura na medida em que a UE se constituir como estado. Lembra, contudo, que pesquisas aplicadas podem gerar realizações maiores em teoria abstrata, como a descoberta do princípio de produtividade marginal, por von Thünen.

Reconhece também, mas qualificadamente, que os professores europeus estão mais próximos da economia concreta ou da prática (ib., p. 263), e afirma que o *“debate público das questões econômicas é freqüentemente primitivo”* nos EUA (ib., p. 262). Não correlaciona, entretanto, as duas asserções, como se pode fazer no caso da Holanda, a partir do testemunho de Klamer. Sua avaliação das escolas estadunidenses de pós-graduação é relevante para o debate sobre a formação do economista (ib., p. 262):

Ensina essencialmente apenas o que se espera que venha a produzir artigos e dissertações de doutorado em uns poucos anos. Sua pesquisa é conseqüentemente sujeita a modas e novidades – a onda atual parece ser o uso da econometria e da teoria dos jogos em estudos de caso (...) Treina pesquisadores para treinar pesquisadores para treinar pesquisadores (...) Resulta que os PhDs das escolas que lideram a pós-graduação nos EUA tendem a possuir mais profundidade do que amplitude, podendo sua formação econômica geral ser algumas vezes deficiente.

Em nossa análise, treina pesquisadores para a teoria neoclássica pura apenas, nela englobando a teoria aplicada que se encontra integrada, ou em processo de integração lógica com a teoria abstrata, e o capítulo da econometria para seus testes empíricos, o que pouco diz sobre a aplicabilidade dessas “teorias aplicadas” (Silveira 2000, p. 20) e da econometria para previsões no mundo econômico – repetem-se, nos jornais brasileiros, as gozações sobre os repetidos erros das previsões econômicas, que podem ir da metade ao dobro do observado, e o grotesco no expressá-las como se fossem precisas (Silveira 1984).

Trata-se de uma linha de montagem de sucesso inigualável em sua estreita especialização, sucesso medido nos números de publicações e citações de sucessivos treinadores e treinados, avaliadas naturalmente pelos treinadores que se sucedem. Há uma questão sobre o quanto alocar de recursos públicos nesse empreendimento, pois de recursos públicos ele alimenta-se (Portes ib., 1.339-40), há outra sobre o desenvolvimento autônomo dessa teoria normal (Frech III, 1995, p. 226).

Mais difícil, há outra sobre a propriedade do “treinamento” (aprender a pesquisar fazendo pesquisa), sem qualquer preocupação educativa, a qual naturalmente envolve noções de teorias sobre a natureza da pesquisa, isto é, da filosofia econômica. É certo que o pluralismo retarda o desenvolvimento da ciência normal – a preocupação de von Winden que citamos acima –, mas esse treinamento monístico é a doutrinação, com seu *“iminente perigo para a ciência e, de fato, para a nossa civilização”* (Popper 1980, p. 53).

Tabellini (1995) mostra-se um apologista da ciência estadunidense, com exclamações sobre quem pode duvidar, ou como se pode duvidar, de sua dominância e da pertinência da americanização da ciência européia. Fundamenta-se no número

de laureados-Nobel e em outras medidas de avaliação da teoria pura. Seu discurso é monístico.

Vê de fato como ciência apenas a teoria pura e não parece ter noção do que chamamos economia social, além de confundir, como Portes, o estudo de caso da economia concreta com a economia na prática. Concorde parcialmente com Frey e Eichenberger (1993) sobre a menor relevância social da produção acadêmica estadunidense, mas descarta a questão em termos do muito que o europeu necessita aprender sobre pesquisa científica, antes que alguma compensação seja operacional.

Afirma que a superioridade de europeus fora da economia pura nada tem “*obviamente*” a ver com as instituições da UE, sendo devida ao fato de seus problemas práticos serem mais interessantes (ib. p. 302). Cabe notar que, mais do que nos outros contendores, a identificação da qualidade da realização científica com a pesquisa pura leva esse autor a “óbvios” erros.

Mas existem bons lampejos. Discorre sobre a menor especialização na UE, onde o acadêmico envolve-se em trabalhos de consultoria que, nos EUA, são realizados fora da universidade. Resulta num ensino mais próximo da realidade a ser futuramente enfrentada pelo estudante, uma vantagem, e mais distante das fronteiras do conhecimento científico, no que vê desvantagem. Em nossos termos, resulta em menos vício ricardiano, ficando a desvantagem apenas para os estudantes – digamos, não mais do que cinco por cento – que se dedicarão à pesquisa em economia pura.

Voltando à perspectiva mais ampla em que terminamos a revisão precedente, e entendendo o ensino de graduação como profissionalizante, caso “ainda” da UE e do Brasil, o currículo centraliza-se nas economias social e concreta. A economia pura não passa do fundamental, como a física nas ciências de engenharia.

A Resolução N°11, de 26/6/84, e seu Parecer (Mendes 1984), “ainda” em vigor no Brasil, assim o estabelece, começando dos princípios que devem nortear o currículo, no Art. 7º: (a) o comprometimento com a economia concreta do país, (b) o pluralismo, (c) a interdisciplinaridade e (d) o senso ético de responsabilidade social. Os “treinados PhDs” não possuem esse conhecimento, não passando mesmo aqui, nem muito menos na prática, de “doutos idiotas” (Krueger et al., 1991, pp. 1.044-45).

5. EUA

Chegamos ao grupo de autores baseados nos EUA, Baumol (Nova Iorque), Buchanan (Fairfax, Virginia), Frech III (Santa Bárbara) e Mayer (Davis, Califórnia).

Baumol (1995) responde, “*sem ambigüidade*”, sim e não à pergunta dos editores, pois percebe dois dialetos da mesma língua, mas afirma que a ciência europeia é melhor (ib., p.189). Não discute níveis de abstração, mas diferencia o europeu pela atitude, pela tolerância ao desvio, pela diversidade de abordagens, pela amplitude de interesses, como economia e comportamento social, e pela tendência à análise informal. Do outro lado (ib., p. 188):

Nós, estadunidenses, somos mais inclinados a entusiasmos, retendo nesse vocábulo algo de sua conotação no século XVIII: uma manifestação de dedicação excessiva e talvez irracional. Entregamo-nos mais generalizadamente a desenvolvimentos vitoriosos, como expectativa racional, teoria dos jogos e economia matemática, reconhecendo-os não meramente como as idéias válidas que são, mas promovendo-os a padrões de ortodoxia, a serem usados para enodoar, com a suspeita de heresia, os que seguem outros caminhos.

Trata-se de uma descrição bem compatível com nossa classificação do estadunidense como cientista normal, em termos kuhnianos. Lemos também outros atributos indicadores da caracterização do europeu na economia social, e registramos sua percepção quanto aos efeitos perversos da avaliação.

O autor, que possui realizações marcantes em economia matemática, é contundente quando expõe o uso inapropriado dela, o uso retórico, diríamos. No caso dos estudantes, destaca ele, é geralmente sabido que procuram construir modelos, por descabidos que sejam, apenas para terem suas dissertações aprovadas.

Buchanan (1995) usa a oportunidade para teorizar sobre uma pergunta que ele mesmo formula, "*depende de parâmetros culturais o conteúdo científico da economia?*". Responde sim ou não segundo se entenda a ciência em lato ou estrito senso, respectivamente. O autor nota que sua pergunta lembra a Contenda do Método, assim como a contenda entre institucionalistas e neoclássicos do "*início do século*" (ib., p. 193).

De fato, em Silveira (1993, p. 2) analisamos a *Methodenstreit* como "*o primeiro grande conflito paradigmático entre economistas puros e sociais*", trabalho antes apresentado na *Conference on Schmoller and Wagner*, Heilbronn, Alemanha, entre 15 e 18 de outubro de 1992.

Já em Silveira (1991) – defendido na ANPEC e na *Conference of the History of Economics Society*, University of Maryland, EUA, entre 15 e 17 de junho de 1991 –, discutimos a tendência institucionalista de Knight em oposição ao vício ricardiano do próprio Buchanan, descartando a tentativa deste de associar-se à imagem daquele. Indicamos ainda onde Knight poderia ser visto como precursor de Simon, o qual se apresenta como institucionalista em debate paradigmático com neoclássicos, isso não "*no início do século*", mas na sua Conferência Nobel (Simon 1979).

Frech III (1995) refere-se a Frey e Eichenberger (1992), concordando na questão do formalismo abstrato, muito frouxamente vinculado com a realidade, e do excesso de técnica na ciência estadunidense, mas discordando da explicação deles em termos do nível de concorrência apenas. Discorre sobre outras causas, particularmente o fato da ciência estadunidense ter sempre sido basicamente financiada por dinheiro público, permanecendo os governantes até recentemente numa postura de "*tio indulgente, mas ignorante e distante*" (ib., 226).

A postura dos governantes está mudando, a insatisfação interna com o "*formalismo desinteressante e não científico*" cresce dentro da própria comunidade acadêmica estadunidense, podendo-se prever, a partir destas e de outras forças, não a americanização, mas a convergência.

Mayer (1995) analisa o que chama "*diferenças em estilos de pesquisa*" a partir de Portes (1987), afirmando que a vantagem comparativa européia está no

que denominamos economia social. Discutindo com Frey e Einchenberger (1992), revê e estende suas explicações, e indica que o incentivo para o estudante estadunidense é tornar-se o que entendemos como economista normal neoclássico.

Cita também Kolm (1988) e Harry Johnson, quando aborda, entre outras, a "*insistência formalista [dos estadunidenses] na evitação da sociologia e da filosofia*", assim como a *freqüente conexão "das coisas com interesses pecuniários"*. Essa conexão "*encontra provavelmente mais apoio num país que concede mais respeito ao esforço pecuniário*" (ib., p. 247). Tem-se uma explicação dos EUA como sede do imperialismo da ciência econômica.

Uma diferença que enfatiza na carreira acadêmica estadunidense é a promoção vinculada à transferência para departamentos mais conceituados. Resulta em menos interesse por instituições locais e mais atenção para a busca de prestígio junto a docentes das universidades superiores. Do outro lado (ib., p. 245):

O maior status público dos professores europeus significa também que seus posicionamentos têm mais chance de serem considerados seriamente pelo público em geral e pelos decisores políticos, resultando custo de oportunidade maior para o trabalho abstruso em problemas altamente técnicos.

Quanto a diferenças entre as duas comunidades nas conclusões normativas, refere-se a Frey et alii (1984) na indicação de que são, naturalmente, dependentes das culturas políticas. Refere-se ainda à distinção entre a ciência e sua arte, salientando que a última envolve juízos de valor, juízos sobre viabilidade política, etc., e concluindo pela "*incompletude da ciência econômica como guia para a política*" (ib., p. 245), exatamente como fazemos na Indeterminação de Senior (Silveira 1991).

II.4 – Comentadores. Finalizamos com os dois autores que responderam, até 1998, a chamada dos editores por comentários sobre esse número especial da revista, Backhaus (Maastricht) e Krug (Roterdã).

Backaus (1996) refere-se a Frey e Einchenberger (1992), no dissenso entre as comunidades, e não conduz uma revisão ou crítica do número especial da *KYKLOS*, mas explica porque diverge no sustentar que as diferenças na ciência prevalecerão no longo prazo. Não nega que o núcleo da teoria pura deve ser invariante no tempo e no espaço, mas afirma que a ênfase teórica e a prática variam, encontrando em Roscher o paradigma para sua asserção (ib., p. 451):

Ele [Roscher] argumenta que a economia na prática [a política econômica], que é obviamente relacionada com as instituições econômicas e determinada pelas especificidades espaço-temporais, determina o pensamento econômico.

O autor discute e esclarece a abordagem relativista de Roscher, em sua *História da Economia Política na Alemanha*, passando a quatro exemplos que indicam a extensão e a razão das diferenças entre europeus e estadunidenses. Restringimos a indicar dois deles.

Nos EUA as empresas de utilidade pública tendem a ser privadas e reguladas, donde uma teoria de regulação bem desenvolvida, com suas revistas especializadas. Pouco se vê disso na UE, cujas empresas tendem a ser estatais. Essas geram, por sua vez, um substancial desenvolvimento da teoria das empresas públicas, igualmente registrada em revistas especializadas, sem paralelo nos EUA.

Noutro exemplo, não há ressonância estadunidense para a *teoria ordo*, desenvolvida por Eucken e Böhm em Freiburg. Trata-se de um entrelaçamento de lei e economia, oriunda da época em que eram conjuntamente ensinadas nos departamentos alemães.

Krug (1996) busca posicionar-se na visão de alguém de fora das duas comunidades. Por ingênua ou infeliz que pareça, diz ela, a avaliação do estrangeiro orientar-se-ia de fato por dois critérios (ib., p. 465):

(1) [A ciência econômica] é tão boa quanto o sistema econômico em que opera. (2) A ciência econômica é tão boa quanto possa proporcionar respostas aos problemas da ambiência econômica em que o estrangeiro vive.

Assim, a ciência europeia seria melhor do ponto de vista chinês, sendo enganoso considerar, na avaliação, o maior número de laureados-Nobel dos EUA. Na UE, continua ela, a pobreza é menor, com as melhores pesquisas sobre o estado do bem estar, as relações trabalhistas e a política social. Aprende-se mais sobre decisões políticas economicamente informadas e, em virtude da unificação, sobre a nacionalização de mercados, tópico correntemente momentoso na China.

A autora cita Frey e Einchenberger (1992) e concorda com a maioria dos contendores no apontar a especialização estadunidense em teria pura. Se a UE especializar-se em política econômica (economia social e concreta), os estrangeiros voltar-se-ão para ela em sua formação. Se, por outro lado, a UE seguir os EUA, eles buscarão o que precisam noutras ciências, como já parece estar acontecendo com a antropologia e a sociologia – *“já se ouve o argumento que Marx Weber tem mais a dizer sobre a relação entre a economia e a política do que a ciência econômica”* (ib., p. 468).

A ingenuidade, apontada por Krug, esvai-se quando se considera a abordagem roscheriana, como vista em Backaus e, principalmente, quando se avalia a ciência em termos de sua utilidade na prática (utilidade baconiana). A autora enfatiza este aspecto, como nenhum dos predecessores, ao usar a figura do estrangeiro.

6. Conclusão

O visto permite-nos concluir que “ainda” existe, sim, uma ciência econômica europeia, no sentido de uma especialização maior na economia social e na concreta, em oposição à excludente economia pura da ciência estadunidense. O reconhecimento geralmente vago das economias pura e social, e a não individualização da economia concreta, respondem significativamente pelo dissenso entre os contendores.

Na matéria inerte, esse dissenso está relativamente isolado pela separação dos departamentos de física e de ciências da engenharia, pela existência das denominações distintas, e pela delimitação de funções. Físicos acham-se restritos à academia e impedidos, pelo senso científico ou por leis, de exercerem atividades práticas – a física não é profissionalizante, muito menos a economia pura.

Já ocorreu a mesma separação na ciência econômica dos EUA, nos *bons e maus departamentos bons*, com a expulsão dos economistas sociais e concretos – num caso simbólico, Hebert Simon passou para o Departamento de Psicologia da mesma C-MU. Como essa mudança no método e âmbito da ciência ainda não foi devidamente assumida pela comunidade, com a correspondente restrição de suas funções tradicionais, abriu-se lá um campo enorme para o vício ricardiano.

Não foi também assumida a conseqüente mudança de nome para economia pura, ou, mais apropriadamente, em virtude do monismo estadunidense, para "*mecânica da utilidade*" (Jevons), ou, ainda com mais *pedigree*, para "*catallaxia*" (Edgeworth, von Mises, Hayek, Hicks, etc.), isto é, a ciência da troca (Schumpeter 1986, p. 536). Resulta uma incomensurabilidade, para usar a ênfase de Kuhn, quando tratando da mudança de conceito sem a mudança do nome, como massa e energia em Newton e Einstein.

Muito terá que ser feito na necessária mudança de critérios, na linha de Frey e Einchenberger, para a avaliação relativa da ciência na UE e nos EUA, como, por exemplo, o que fizemos ao restringir o número de laureados-Nobel para o segundo caso. Mais do que isto, para se dizer que europeus são melhores do que estadunidenses na economia social, há que nela se avaliar os últimos, espalhados pelos departamentos de outras ciências sociais e humanas.

Dada a incomensurabilidade entre a economia pura e a social, a linha que mais sentido faz é, contudo, outra. Dando seqüência ao posicionamento de Myrdal (1976, p. 14), o que existe é ciência social e ela é que, em princípio, deve ser avaliada, na medida em que avaliações sejam buscadas.

Ficando aquém de Myrdal e aceitando a divisão das ciências sociais em termos dos fenômenos que tradicionalmente tratam, pode-se restringir a avaliação à economia como um todo, desde que se leve em conta a contribuição do imperialismo econômico na revelação do lado econômico dos fenômenos políticos, sociais, etc. Mas o próprio imperialismo nebuliza as fronteiras entre as ciências sociais, dificultando a avaliação.

Existem muitas fertilizações cruzadas entre as três esferas de abstração, apesar das cegueiras científicas dos que se especializam estreitamente. Grandes contribuições de Simon podem ser vistas como versões sócio-econômicas (aplicadas) da teoria neoclássica. Como já concluímos antes (Silveira 1994, p. 73), maximização, que era o tema em seu primeiro clássico (Simon 1947), passou para "*satisfazimento*", no segundo e paradigmático livro (March and Simon 1958/1966).

É difícil acreditar que o reverso não tenha acontecido para o desenvolvimento do construto ser econômico sob incerteza (Simon 1979, pp. 502-3), sendo clara, se bem que involuntária e envolvendo uma certa ironia da história, a contribuição dele para a expectativa racional (Simon *ib.*, pp. 504-5).

A física normal evolui com abstração crescente de seus construtos (Margenau 1966, p. 36). Parece-nos natural que a mecânica da utilidade siga a mesma tendência. Logo, a crítica em termos do "*formalismo estéril*" tem um componente de cegueira científica, o que dificulta sobremaneira a avaliação.

Por outro lado, a hegemonia neoclássica e a natureza semi-experimental da ciência favorecem a esterilidade. Não há dúvida, contudo, que sendo a economia

pura um bem de capital para a construção da economia social, sua avaliação deve concentrar-se nessa interação. A questão do monismo é ainda mais séria, apesar de menos tratada pelos contendores.

Referências ⁴

- BACKHAUS, Jürgen G. 1996. Good Economics, Bad Economics, and European Economics. *KYKLOS* 49 (Fasc. 3): 449-63.
- BAUMOL, William J. 1995. What's Different about European Economics?. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 187-92.
- BECKER, Gary S. 1962. Irrational Behavior and Economic Theory. *Journal of Political Economy* LXX (February): 1-13 [EM II: 267-87, ago. 1982].
- BERNE, E. 1964. *Games People Play*. New York, Ballantine Books.
- BHASKAR, R. 1978. *A Realist Theory of Science*. Brighton: Harvester Press.
- BRUNNER, K. and MECKLING, W. H. 1977. The Perception of Man and the Conception of Government. *Journal of Money, Credit and Banking* IX (February): 70-85 [EM II: 23-44, out. 1981].
- BUCHANAN, James M. 1985. *Liberty, Market and the State: Political Economy in the 1980s*. Washington Square, NY: New York University Press.
- _____. 1995. Economic Science and Cultural Diversity. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 193-200.
- CARABELLI, Anna. 1988. *On Keynes Method*. London: Macmillan.
- EGGERTSSON, Thráinn. 1995. On the Economics of Economics. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 201-10.
- FEYERABEND, Paul K. 1980. Consolations for the Specialist. In LAKATOS, Imre and MUSGRAVE, Alan, eds. *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FORTE, Francesco. 1995. European Economics: A Tiny Creature under Tutorship. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 211-17.
- FRECH III, H. E. 1995. European versus American Economics, Artificial Intelligence and Scientific Content. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 219-29.
- FREY, Bruno S. and EICHENBERGER, Reiner. 1992. Economics and Economists: A European Perspective. *American Economic Review* 82 (May): 216-20.
- _____. 1993. American and European Economics and Economists. *Journal of Economic Perspectives* 7 (Fall): 185-93.
- FREY, B. S. et alii. 1984. Consensus and Dissension among Economist: An Empirical Inquiry. *American Economic Review* 74 (December): 986-94.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. 1967. *Analytical Economics*. Cambridge, MA: Harvard University Press [EM I: 201-335, jun/ago. 1981(capítulos 1 a 5)].
- HEISENBERG, Werner. 1963. *Physics and Philosophy*. London: George Allen & Unwin.
- KLAMER, Arjo. 1995. A Rhetorical Perspective on the Differences Between European and American Economists. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 231-40.

⁴ Alguns dos trabalhos listados foram traduzidos e por nós publicados na Revista Brasileira de Economia (RBE) e/ou nas Edições Múltiplas (EM), estando as referências sucintamente indicadas entre colchetes.

- KNIGHT, Frank H. 1960. *Intelligence and Democratic Action*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- KOLM, Serge-Christophe. 1988. Economics in Europe and the U.S. *European Economic Review* 32: 207-12.
- KRUEGER, Anne O., et al. 1991. Report of the Commission on Graduate Education in Economics. *Journal of Economic Literature* XXIX (September): 1035-53.
- KRUG, Barbara. 1996. Comment on 'Is There a European Economics?' *KYKLOS* 49 (Fasc. 3): 465-68.
- KUHN, Thomas S. 1971. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- LAWSON, Tony. 1989. Abstraction, Tendencies and Stylized Facts: A Realist Approach to Economic Analysis. *Cambridge Journal of Economics* 13: 59-78.
- MARCH, James G. and Herbert A. SIMON. 1966. *Organizations*. New York: John Wiley & Sons.
- MARGENAU, Henry. 1966. What is a Theory? In *The Structure of Economic Science*, ed. by S. R. Krupp. Englewood, NY: Prentice-Hall [EM II: 289-304, ago. 1982].
- MAYER, Thomas. 1995. Differences in Economics: Europe and the United States. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 241-49.
- MENDES, Armando Dias. 1984. Novo Currículo Mínimo de Ciências Econômicas: Parecer. *Documenta* 282 (junho): 163-93.
- MUELLER, Dennis C. 1995. American and European Economists. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 251-55.
- MYRDAL, Gunnar. 1970. *Subdesenvolvimento*. Brasília: Coordenada Editora de Brasília.
- _____. 1976. *A Objetividade nas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- NEVILLE KEYNES, John. 1904. *The Scope and Method of Political Economy*. London: MacMillan.
- NIEHANS, Jürg. 1995. Transatlantic Perspectives. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 257-65.
- PEACOCK, Alan. 1995. Professional 'Gleichschaltung': A Historical Perspective. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 267-71.
- POPPER, Karl R. 1978. *Lógica da Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. 1980. Normal Science and its Dangers. In LAKATOS, Imre and MUSGRAVE, Alan, eds. *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PORTES, Richard. 1987. Economics in Europe. *European Economic Review* 31: 1329-40.
- ROTHSCHILD, Kurt W. 1995. In Search of a European Identity. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 273-77.
- SALMON, Pierre. 1995. Three Conditions for Some Distinctiveness in the Contribution of Europeans to Economics. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 279-87.
- SCHNEIDER, Friedrich. 1995. Is there a European Public Choice Perspective. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 289-96.
- SCHUMPETER, Joseph A. 1986. *History of Economic Analysis*. London: Allen & Unwin.
- SENIOR, Nassau William. 1938. *An Outline of the Theory of Political Economy*. London: Kimble & Bradford.
- SILVEIRA, Antonio Maria da. 1984. A Indeterminação de Morgenstern. *Revista Brasileira de Economia* 38 (out./dez.): 357-83.
- _____. 1987. *Filosofia e Política Econômica: o Brasil do Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA/INPES).
- _____. 1990. The Public Choice Sedition: Variations on the Theme of Scientific Warfare. ANPEC-90, *Anais do 18º Encontro Nacional de Economia*, Brasília, vol. 1, pp. 147-66.
- _____. 1991. The Public Choice Perspective and Knight's Institutional Bent. ANPEC-91, *Anais do 19º Encontro Nacional de Economia*, Curitiba, vol. 4, pp. 69-94.

- _____. 1991b. A Indeterminação de Senior. *Revista de Economia Política* 11 (out./dez.): 70-88.
- _____. 1993. The Indetermination of Senior (or The Indetermination of Wagner) and Schmolter as a Social Economist. Rio de Janeiro: EPGE, *Ensaio Econômico* Nº212. Publicado in *Essays on Social Security and Taxation: Gustav von Schmoller and Adolph Wagner Reconsidered*, ed. by Jurgen G. Backhaus. Marburg: Metropolis-Verlag, 1997, pp. 361-86.
- _____. 1994. Aplicabilidade de Teorias: Microneoclássica e Estratégia Empresarial. *Revista de Economia Política* 14 (abr./jun.): 53-76.
- _____. 1998. Avaliação do Desempenho Acadêmico: Globalização e Trópico. *Revista de Ciência e Tecnologia* 2 (Nº1): 148-62 (RECITEC <http://www.fundaj.gov.br>).
- _____. 1998b. Emulating North American Economics: The Education for the Ricardian Vice. Stuttgart: Institut für Volkswirtschaftslehre, Universität Hohenheim, mimeo.
- _____. 1999. A Indeterminação de Senior e o Currículo Mínimo de Economia. *Revista de Economia Política* 18 (jan./mar.): 182-99.
- _____. 1999b. A Indeterminação de Senior: Perspectivas e Realizações de um Programa de Pesquisa. *Revista de Economia* 25 (23): 159-83.
- _____. 2000. A Ciência Econômica na Europa e nos Estados Unidos: Pluralismo versus Monismo. *Análise Econômica* 18 (setembro): 7-29.
- _____. 2003. A Ciência Econômica na Europa e nos Estados Unidos: O Prêmio Nobel e seus Vieses. *Econômica* 5 (dezembro): 197-220.
- _____. 2003b. A Ciência Econômica na Europa e nos Estados Unidos: A Contenda e a Nova Cultura de Responsabilização, V Encontro dos Economistas de Língua Portuguesa, *Anais do V EELP*, Recife, 5-7/11/03.
- SIMON, Herbert A. 1947. *Administrative Behavior*. New York, Macmillan.
- _____. 1979. Rational Decision Making in Business Organizations. In *Les Prix Nobel en 1978*. Stockholm: Nobel Foundation [EM I: 25-60, out. 1980; RBE 38: 111-42, jan./mar. 1984].
- TABELLINI, Guido. 1995. The Organization of Economic Research: Why Europe is Still Behind. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 297-302.
- VON WINDEN, Frans. 1995. On European Economics. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 303-11.
- WEBER, Max. 1999. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix.

A Ciência Econômica na Europa e nos Estados Unidos: a contenda.

Resumo: A Contenda do Método (*"Methodenstreit"*) foi uma reação contra a crescente formalização da ciência econômica, com o uso do método hipotético-dedutivo para nortear a geração de conhecimento (*Economia Pura*). A postura reativa mais extremada asseverava que o método científico se resumia ao histórico, com análises de ocorrências do fenômeno em toda completude, incluindo suas localizadas e datadas especificidades (*Economia Concreta*). A "Contenda Européia" atual, digamos assim, tem marco em número especial da revista *KYKLOS* (1995), onde quinze autores discutem diferenças entre europeus e estadunidenses. Partimos da hipótese que o lado europeu é compatível com a visão que centraliza o conhecimento científico no que chamamos *Economia Social*, a qual entrelaça teorias das ciências sociais e humanas, com relevância variável, no considerar todos os fatores universais e necessários para ocorrências de fenômenos econômicos. Percebendo a evolução na interação das três esferas da ciência, entre si e com a economia na prática, revemos os trabalhos dos contendores, focalizando o vício ricardiano, o monismo, e a avaliação do trabalho científico.

Palavras-chave: Âmbito e Método. Monismo. Vício Ricardiano.

Códigos JEL: A11; A13: B41.

Economics in Europe and The United States: The Controversy.

Abstract: *The Methodenstreit was a reaction against the growing formalization of economics, the use of the hypothetical-deductive method to guide the production of knowledge (Pure Economics). The more reactive posture maintained that the scientific method was the historical one, the study of all facets of the economic phenomena, including the local and temporal specificities (Concrete Economics). The current "European Controversy", if I may put it this way, has a mark given by a special number of the journal KYKLOS (1995). Fifteen authors discussed there the differences between the EU and the USA and are here reviewed. Our hypothesis was that the European side is compatible with the vision that centers the science in Social Economics; this sphere of knowledge intertwines the social and human sciences to take into account all universal and necessary elements of the economic phenomena; the evolution is perceived in the interaction of the three spheres of knowledge, among themselves and with the art of economics. I particularly focus the Ricardian vice, the monism, and the evaluation of the scientific work.*

Key words: *Scope and Method. Monism. Ricardian Vice.*

JEL Codes: *A11; A13: B41.*